

Foz do Iguaçu/PR, 05 de abril de 2024.

A Reitora da UNILA: Diana Araujo Pereira,

O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO DO ESTADO DO PARANÁ - SINDITEST/PR vem informar que os (as) TAEs da Unila deliberaram em assembleia, realizada hoje pela manhã, o encaminhamento da proposta de cronograma de atividades para fins de regularização do processo de alteração de normativa do Programa de Gestão de Desempenho na UNILA, conforme o acordado em 18 de março de 2024.

Para clareza do cronograma, apresentamos, em um primeiro bloco de informações, as providências a serem tomadas em decorrência de decisão do egrégio Conselho Universitário sobre o processo 23422.015097/2020-41. Já no segundo bloco, em desdobramento das providências do primeiro quadro, apontamos as ações legalmente devidas ou acordadas para cada órgão, categoria ou autoridade com vista ao cumprimento das providências determinadas pelo CONSUN.

Para cada ação do segundo bloco, sugerimos prazos que resguardam o término do processo em data anterior ao limite temporal estabelecido pela Instrução Normativa SEGES-SGRT/MGI n. 24, de 28 de julho 2023, a saber 31 de julho de 2024.

Demonstrando que a categoria técnica da Unila, desde acordo com o CONSUN, visa cumprir as determinações que lhe foram dadas, também

juntamos a esta comunicação o primeiro estudo realizado. Seu objeto foi relatório publicizado em sítio institucional da universidade sobre o PGD, o denominado *Relatório de Implantação do PGD*.

O estudo se constitui como análise técnico-legal do documento. De um lado, verifica que o relatório produzido não atendeu a requisitos da Portaria n. 444/2022/GR (arts. 20, § 5º, do art. 20, e art. 21, ambos dispositivos da Portaria n. 444/2022/GR) e tampouco substituiu os relatórios gerenciais locais e central legalmente demandados (Portaria n. 444/2022/GR, arts. 24 e 48; art. 29, da Instrução Normativa SEGES-SGRT/MGI n. 24, de 28 de julho 2023). De outro lado, o estudo realizado demonstra problemas no tratamento estatístico dos dados. Os problemas encontrados foram discutidos sobre alguns prismas: a representatividade do número de participantes; a junção de dados que induzem a leituras equivocadas; a escolha pouco assertiva para a visualização de dados importantes; e o uso de unidades de mensuração diferentes, turvando a visão sobre a realidade.

Ademais, se constatou, conforme confessa o próprio texto do Relatório de Implantação do PGD, que o documento produzido não buscou avaliar especificamente o PGD e seus impactos na universidade. Diz o relatório publicado: “A pesquisa **não foi realizada com foco exclusivo nos setores em PGD, mas buscou coletar informações para um melhor atendimento de forma geral**” (p. 7). Para voltar a afirmar mais a frente: “Os dados apresentados neste relatório **não apresentam relação direta com a implementação do teletrabalho na Instituição**” (p. 42).

Por fim, gostaríamos de solicitar ao Conselho Universitário e à Reitoria que fossem inseridos no processo 23422.015097/2020-41 documentos que contribuem para a compreensão dos eventos históricos acontecidos a partir de

decisão do Conselho Universitário pela retirada de pauta da matéria, cuja deliberação era prevista para 05 de abril de 2024.

Movimentado em 01 de abril de 2024 para o Gabinete da Reitoria e até o dia 04 de abril de 2024 ainda não recebido, o processo não teve as motivações de sua retirada de pauta explicitadas tampouco foram nele incluídos documentos da categoria técnica que registram os acontecimentos em torno do assunto depois da reunião de 18 de março de 2024 do Conselho Universitário. Pelo exposto, requeremos que sejam incluídos nos autos:

a) Vídeo de reunião do Conselho Universitário:
https://www.youtube.com/watch?v=vxsuw_4y8LM&ab_channel=SindUNILA;

b) Ofício 051/2024/SINDITESTPR;

c) Relato publicado pelo SINDITEST sobre reunião do CAAPGD, ocorrida em 27 de março de 2024;

d) A presente comunicação;

e) Cronograma de atividades apresentado pela categoria TAE; e

f) Estudo analítico de Relatório de Implantação do PGD.

Ademais, pedimos que, por gentileza, a moção do nobre CONSUN de apoio à greve TAE, acordada em 18 de março de 2024, seja brevemente publicada.

Mais uma vez, gostaríamos de manifestar nosso respeito e nossos agradecimentos às membras e aos membros do Conselho Universitário que deliberaram pela retirada de pauta do processo 23422.015097/2020-41 e pela abertura de debates sobre o tema, preservando o debate democrático sobre a

matéria, zelando pela legalidade do processo, bem como respeitando o direito de greve da categoria técnica.

Terminamos reafirmando nosso compromisso com alterações democráticas e responsáveis de normas que vigoram na Universidade Federal da Integração Latino-Americana para o Programa de Gestão de Desempenho.

Atenciosamente,



Fernanda Pereira

Coordenação de Saúde do Trabalhador